

Muita teoria, pouca empiria, os males da academia são

Paulo Roberto de Almeida

Já vai longe, felizmente, o tempo em que Monteiro Lobato costumava lamentar que “muita saúva e pouca saúde, os males do Brasil são”. Desde então, para citar seu contemporâneo Mário de Andrade, igualmente cáustico, “progredir, progredimos um tiquinho, que o progresso também é uma fatalidade...”

De fato, o Brasil progrediu bastante desde as primeiras décadas do século 20, quando escreviam os dois intérpretes da alma nacional, até converter-se, na última década desse século, numa potência industrial e num razoável produtor de ciência, a julgar pelos últimos indicadores sobre nossa contribuição ao estoque de conhecimento científico da humanidade. Nossa participação no estoque tecnológico não é tão satisfatória, mas ainda assim ostentamos um bom desempenho no conjunto dos países em desenvolvimento. Aliás, segundo um outro intérprete do itinerário nacional e insigne produtor de idéias — ainda que algumas delas possam ser esquecidas — o Brasil já não seria mais um país subdesenvolvido, mas tão simplesmente injusto.

Pode-se concordar com essa caracterização, e também com a sua negação, pois que o Brasil continua a ser um país subdesenvolvido por ser, justamente, injusto, ainda que ele pudesse, teoricamente, ser injusto mesmo sendo desenvolvido, ou então continuar subdesenvolvido mas essencialmente justo, como muitos intelectuais acreditam ser o caso de Cuba. Está suficientemente confuso para ser compreendido? Não se preocupe, pois assim é o mundo das teorizações acadêmicas, pelo menos no terreno de caça que é o meu, membro que sou da tribo dos sociólogos, praticantes de uma arte que um ex-ministro do insigne intelectual — príncipe da sociologia e príncipe de fato deste reino por oito anos — classificou como sendo “onanismo sociológico” (para usar um termo mais púdico).

Praticam esse tipo de onanismo intelectual, por exemplo, muitos dos membros da academia que se ocupam em explicar, com a ajuda das mais refinadas teorias parisienses, porque o mundo precisaria ser tudo aquilo que ele justamente não é: justo, desenvolvido, igualitário, ético, enfim, portador de todas as possibilidades de realizações humanas, o que permitiria a alguns serem filósofos pela manhã e pescadores pela tarde, garantindo

uma vida tranqüila a professores com público cativo (sem cobranças do padrão estatal) e uma ampla audiência a todos esses explicadores do real e inventores do surreal.

Estarei exagerando na caricatura? Talvez, mas pelo menos esta é a impressão que me deixou a última onda de protestos e manifestações de desagrado em relação à política econômica do nosso atual governo, portador, até um passado ainda recente, de todas as esperanças de transformação social e de “refundação” do mundo (e do Brasil) que os acadêmicos sempre pregaram do alto de suas cátedras e com a facilidade de tribunas garantidas nos meios de comunicação. Trata-se de uma revolta legítima ou de uma nova traição dos clérigos?

Muitos dos protestários são economistas, outros são cientistas sociais, existem também os literatos e até mesmo os cientistas exatos, um pouco menos exatos, é verdade, nos seus exercícios de explicação sobre o que vem ocorrendo com o Brasil neste primeiro ano de governo mudancista. O problema parece derivar do fato de que eles, justamente, não pretendiam ser simples explicadores ou propugnadores de políticas, mas participar ativamente da implementação das “recomendações” dessa ciência interativa que o mesmo Mário de Andrade chamou de “a arte de salvar rapidamente o Brasil”. De repente, o que era para ser o início de uma grande transformação “refundacional” — com perdão pelo neologismo, mas encontrei num desses textos da tribo — acabou se transformando num *déjà vu all over again*, frustrando os acadêmicos que, tolhidos na empreitada, passam então a fazer diagnósticos ainda mais cáusticos sobre essa reversão de expectativas.

E o que fazem exatamente os aspirantes a conselheiros do príncipe, impedidos de exercer seus dotes diretamente na cidade proibida? Escrevem manifestos. De todos os tipos e tamanhos, de variados estilos e graus de acidez, alguns com advertências gentis, outros com admoestações mais severas, como fazem os mestres com seus alunos. Eles alertam para a deterioração dos indicadores econômicos e sociais, para a manutenção da fragilidade financeira externa, acusam o governo de se ter rendido ao ‘totalitarismo de mercado’ (sic), de manter fechada a ‘caixa preta’ da política monetária, enfim, de ostentar um descompromisso gritante com todas as teses do passado, da valorização do servidor público ao financiamento da ciência e tecnologia, da luta contra os transgênicos e o desemprego ao combate à exclusão social, da denúncia da Alca anexacionista à recusa de novos acordos com o FMI.

A ironia da história é que todos eles clamavam mudanças, e quando o partido, atendendo a inúmeros pedidos, finalmente mudou, eles já não se sentem satisfeitos e passam a gritar traição! Aplicando a teoria do Garrincha, deve ter sido porque não se combinou antes que tipo de mudança queriam uns e outros. Esses desencontros teóricos e contradições práticas normalmente se resolvem em congressos, com teses, antíteses e sínteses distribuídas previamente para discussão dos iniciados, mas parece que neste caso o processo eleitoral atrapalhou um pouco o calendário das reuniões conceituais.

E o que propõem, exatamente, os acadêmicos frustrados, nessas peças cheias de indignação moral, retumbantes de retórica catastrofista mas, finalmente, dotadas de pouca racionalidade econômica e ainda menos sentido de realidade? Entre outras “teses”, estas aqui: abandono das metas de ‘elevadíssimos e desnecessários’ superávits fiscais, controle seletivo sobre os capitais externos, ‘recuperação do controle estatal sobre a administração da dívida pública’, não concessão de autonomia ao Banco Central, ampliação dos gastos públicos nos três níveis da administração, renegociação das dívidas dos estados e municípios, política de incentivo às exportações e substituição de importações, ‘política de rendas pactuada’ para controle da inflação, não renovação do acordo com o FMI, recusa da Alca e outras “resoluções” do gênero.

Não estou inventando ou caricaturando nenhuma das propostas: retirei-as dos dois ou três últimos manifestos de protesto que circularam em 2003 (transcritos no link: <http://www.pralmeida.org/04Temas/09TorreMarfim/00IndiceTorreMarfim.html>). Num deles, por exemplo, “intelectuais” se opuseram de forma veemente à ‘pretendida autonomia do Banco Central’, uma vez que ela poderia implicar ‘a entrega do controle da nossa moeda aos capitais externos e, portanto, a renúncia ao projeto nacional’. Tanta clarividência e preocupação com a soberania do País são dignas de algum prêmio econômico.

Cheguei a ouvir, recentemente, de um desses luminares da nova oposição de esquerda, que ‘quem está pensando que a existência de déficit na Previdência significa déficit de fato, não entendeu nada de economia’. Aliás, para ele, bastaria ‘fazer um sistema em que o BNDES pagaria as aposentadorias, e no momento em que a taxa de lucro do BNDES não permitisse mais, o governo entra e paga a diferença’. Genial não?

Pergunto-me o que aconteceria com a economia do Brasil se os aspirantes a conselheiros do príncipe estivessem no governo: quantos meses o País resistiria incólume?

Mas não só de propostas espetaculares como essa, sustentadas em manifestos estridentes e em entrevistas ruidosas, vive a nova oposição acadêmica, pretendidamente progressista e de esquerda. Ela também se reproduz quotidianamente nas salas de aula e no papelório produzido em certas instâncias didáticas. Sem querer atingir a imensa maioria dos profissionais competentes que labutam para a construção contínua das ciências sociais no Brasil, tenho encontrado exemplos de arrepiar os cabelos, em várias universidades do país.

Existem por exemplo aqueles mestres (ou doutores) de sociologia que preferem fazer um brilhante trabalho sobre o “imaginário” do garimpeiro (ou do seringueiro: o personagem é secundário) segundo as últimas teorias de Foucault, mas que são incapazes de orientar seus alunos numa pesquisa modesta em arquivos locais, onde eles poderiam aprender um pouco mais sobre esses objetos do “desconstrucionismo” proposto em sala de aula. Quantos deles são propensos a propor uma reflexão sobre os problemas do Brasil a partir dos dados básicos do IBGE, em lugar de manipular um conjunto de teorias parisienses e outras construções mentais que pouco têm a ver com a realidade brasileira?

Passo por cima daqueles casos mais graves de alienação — para usar um termo *à la* jovem Marx — que resultam em seminários excitantes sobre o processo de construção do socialismo no século 21, ou em livros didáticos de segundo grau que fariam corar de vergonha até uma adepta do marxismo primário como Marta Harnecker. Alguns desses livros e textos de seminário mereceriam ser preservados no museu de cera do marxismo, pois imagino que dentro de alguns anos as novas gerações não conseguirão mais se fazer uma idéia da indigência mental que os caracteriza, mesmo para os padrões aceitáveis para a era da Guerra Fria. Acho também que regimes diretamente saídos do pré-cambriano do socialismo, como os da antiga Albânia, de Cuba e da Coreia do Norte deveriam ser inscritos na lista de espécies ameaçadas de extinção, pois seria uma pena perder esses exemplos de uma era que ameaça não mais voltar.

Com isso não quero dizer que o pensamento econômico que tem produzido esses manifestos de oposição à política econômica do governo atual provêm da mesma fonte teórica, mas algumas das receitas neles propostas — controle de capitais, administração

estatal de setores produtivos, fechamento comercial e políticas substitutivas *vieux style* — possuem uma nítida filiação genética com as velhas receitas de eras soterradas pela nova geologia econômica do Brasil. Algumas dessas receitas parecem saídas de algum velho manual de alquimia econômica, no qual a pedra filosofal seria representada por um orçamento elástico e infinito, o *élan* vital pela vontade política dos dirigentes e algumas das poções resultantes seriam imunes aos ventos da “globalização assimétrica”.

Não se pode impedir ninguém de ser “jurássico”, mas se poderia pedir que os representantes da espécie apresentassem ao menos algumas provas empíricas da validade de suas teses. Tentar provar alguma hipótese de trabalho sem submetê-la ao teste da realidade, sem algum tipo qualquer de verificação empírica, é o pior procedimento que se poderia esperar de membros da academia. Talvez devêssemos preferir as saúvas do velho Lobato às teorias dos novos acadêmicos.

Paulo Roberto de Almeida, aprendiz de sociólogo.
(pralmeida@mac.com; www.pralmeida.org)
Brasília, 6-7 de novembro de 2003